

DO PCB A UMA ESQUERDA MODERNA NO BRASIL

Jarbas de Holanda

A dimensão autoritária do "socialismo real" tem merecido, lá fora e no Brasil, a condenação de quase toda a esquerda, o que é positivo e afirma a inspiração européia, ocidental do marxismo. Há, porém, enorme resistência ao reconhecimento da outra e decisiva causa do malogro do socialismo — sua dimensão estatizante.



Em janeiro de 1990, considerando o PCB já esgotado nos planos básicos propus a convocação rápida de um congresso extraordinário para discussão e deliberação, abertas a não-filiados, de novos caminhos de expressão política da tradição democrática e reformista do pecebismo. A iniciativa refletia um resto de esperança, que eu preservava, de que a direção nacional do partido, já sem condições de orientá-lo com um mínimo razoável de coerência e regularidade, pudesse ainda encaminhar proposta de mudança capaz de abrir algum espaço, na cena política brasileira dos anos 90, para a mistura dessa tradição com a necessidade real de uma esquerda moderna centrada na social-democracia. A mudança

teria que ser necessariamente radical.

Fora já com a mesma compreensão do esgotamento do PCB, e o mesmo objetivo de transformá-lo em parte de outro ser político e orgânico, que em outubro de 1988 eu propusera a candidatura de Roberto Freire à presidência da República. Voltava então de viagem à União Soviética e constatava duas tendências na Executiva: uma parcela se inclinava para a candidatura Lula, do PT, enquanto o núcleo dirigente tratava de iniciar entendimentos para apoiar o candidato do PMDB, Ulisses Guimarães. É interessante recordar que a proposta da candidatura Freire dividiu ao meio a Executiva, tendo os votos contrários, entre outros, do presidente (ou secretário-geral) e do secretário de organização, vencidos (ou convencidos) em reuniões pos-

teriores pela repercussão favorável gerada pela iniciativa.

No manifesto de lançamento, também de minha autoria, a candidatura própria era explicitamente ligada ao objetivo de construção de uma nova esquerda e a um encaminhamento suprapartidário. Ao longo da campanha, porém, ela foi perdendo a distinção renovadora inicial em relação à esquerda maoísta, bem como o sentido de superação dos limites do partido (o que reclamava, por exemplo, um vice indicado por aliados potenciais). Terminou sendo predominantemente instrumentalizada pelo aparelho e obtendo um resultado eleitoral píffio.

Da mesma maneira, a proposta do congresso extraordinário, recha-

Jarbas de Holanda é jornalista e ex-dirigente nacional do PCB.

çada inicialmente como expressão de reformismo liquidacionista, foi — um ano depois e em seguida a mais uma derrota eleitoral — assumida pelo aparelho após prudente maquiagem e, o que é de fato significativo: com um atraso adicional que reduziu a quase nada o interesse externo por qualquer iniciativa do PCB.

A decisão que tomei mais recentemente (no início de 91) de afastar-me da Executiva Nacional, da Executiva estadual de São Paulo e de toda a estrutura partidária representou a perda daquele resto de esperança. Mas ela representou sobretudo uma avaliação radical que concluí sobre a virtual inviabilidade de mudança — na amplitude e na velocidade cobradas pela modernização do Brasil — das posições políticas e ideológicas do PCB e de outras organizações de esquerda de inspiração leninista ou sob influência da “teologia de libertação”, que se mantêm, em menor ou maior grau, presas a uma visão irrealista, estatizante e terceiro-mundista.

Partido marginal

Foi no PCB que se pôde, nos últimos anos — sobretudo pelas facilidades decorrentes das mudanças soviéticas ligadas a Gorbachov, Shervarnadze e Yeltsin, e bloqueadas a partir de outubro de 90 — introduzir mais elementos de renovação conceitual e revisão analítica, ao custo, porém, de um zigzague constante e com efeitos externos mínimos, pois o partido tornou-se marginal e sua sufocante luta interna, socialmente irrelevante. No PT — pela expressão político-social que conquistou e pelo desafio da governabilidade que passou a viver com a tumultuada e ineficiente gerência de importantes municípios, irromperam tendências realistas e reformistas, que se manifestam também na representação partidária no Congresso Nacional. Mas a perspectiva dominante da luta que se trava nos diversos partidos e correntes desse

“campo” contrapõe como alternativas de liderança interna os que resistem à modernização e os que ideologizam uma modernidade exclusiva da esquerda, no essencial ainda subordinada à visão maniqueísta de dois mundos, dois Brasis, dois campos inimigos. Nesse jogo, ao pensamento reformista que tenta “virar” esses partidos restam as alternativas de subordinar-se à pressão do “unitarismo” castrador de idéias e iniciativas, ou romper com o corporativismo interno em busca de novo instrumento adequado ao processo de transformações no país e no mundo.

É claro que no Brasil contraditório e marcado por perversidades sociais tão agudas, há espaço para a “esquerda do não”, que, ademais, deve ser garantido pela consolidação democrática. Esse, porém, não é o terreno a ser disputado por uma esquerda moderna, que deve levar na devida conta tais perversidades e ter compromisso básico de erradicar as causas e os efeitos das mesmas, mas a partir de articulação e mobilização dos interesses e perspectivas dos setores avançados da sociedade, em especial os do mundo do trabalho, situados todavia além de uma confrontação maniqueísta.

Mudanças tardias

Na carta à Executiva com a comunicação do desligamento destaquei que “os passos dados para mudar o PCB, além de excessivamente tardios, têm a perspectiva também esgotada de refundação do partido como eixo (o que é ilusório) de uma aglutinação comunista-socialista, ou seja, o horizonte do frentismo esquerdista”. A informação pública do desligamento, feita através de artigo sob o título “Por quê deixo o PCB”, publicado dias depois no *Jornal do Brasil*, centrava-se na mesma preocupação: a de uma resposta da esquerda às mudanças na situação internacional e ao processo de modernização do Brasil, em lugar de um debate voltado para salvar o velho socialis-

Da mesma maneira, a proposta do congresso extraordinário, rechaçada inicialmente como expressão de reformismo liquidacionista, foi — um ano depois e em seguida a mais uma derrota eleitoral — assumida pelo aparelho após prudente maquiagem e, o que é de fato significativo: com um atraso adicional que reduziu a quase nada o interesse externo por qualquer iniciativa do PCB.

mo, ou para estabelecer o “novo” através de exuberante retórica sobre a “crise de civilização” (como fenômeno surgido nos últimos anos e certamente ligado à derrota do socialismo real) e sobre a *catástrofe brasileira criada pelo capitalismo*. No artigo, simbolizei a defesa aberta ou disfarçada do estatismo a resistência da esquerda ao reconhecimento do fracasso das experiências de construção do socialismo no terreno decisivo da economia. E face aos limites do espaço jornalístico, retirei referência explícita à alternativa de “fuga pra frente” que o “esquerdismo moderno” daqui e de fora propõe ao estatismo: a substituição imediata do capitalismo por milagrosos modelos de autogestão.

Eis a parte essencial do artigo, também publicada na *Gazeta Mercantil* sob o título “A esquerda velha e a moderna e a reforma do Estado”:

“A dimensão autoritária do ‘socialismo real’ tem merecido, lá fora e no Brasil, a condenação de quase toda a esquerda, o que é positivo e afirma a inspiração eropéia, ocidental do marxismo. Há, porém, enorme resistência ao reconhecimento da outra e decisiva causa do

E entre nós, bem como nos muitos países onde os PCs vivem crise terminal ou aguda, o recrudescimento do conservadorismo no PCUS deu novo alento aos empedernidos leninistas.

malogro do socialismo — sua dimensão estatizante. O objetivo da justiça social (que não perdeu validade com esse malogro) continua associado a um Estado todo poderoso que representaria o povo e a soberania nacional na gestão dos setores mais importantes da economia, além de promover eficiente distributivismo.

Sob dupla influência da ideologização esquerdista e do peso do corporativismo, escamoteia-se a necessidade de redução do gigantismo cartorial e clientelístico do Estado insistindo-se na simplificação de que o fundamental é desprivatizá-lo, o que não esconde o propósito de manter o máximo possível de estatização. Aliás, a ideologização estatizante vem convertendo o neoliberalismo em novo demônio, substituído do demônio anterior, o imperialismo, dissolvido pelo fim da guerra fria. E entre nós ela tem recebido estímulo de sua contraface direitista, o privatismo radical, que defende uma virtual liquidação do Estado, para valer mesmo ou para disfarçar competente desfrute de estatismo cartorial.

Ora, no contraditório processo de modernização do país — que enfrenta grandes resistências à direita e à esquerda, que deve ser criticado mas não com a ótica do passado, e que precisa seguir em frente — não tem sentido manter-se um Estado agigantado, patrimonialista e corporativo, ineficiente e injusto. E na mesma medida é necessária a ação de um Estado me-

nor porém eficiente e voltado para o conjunto da sociedade. Isto é, de um novo Estado, que deixe de intervir diretamente na economia, da produção de aço e petróleo à reserva de informática, mas tenha condições de exercer, de fato, os papéis de regulador de um mercado competitivo e orientador das políticas de desenvolvimento agrícola, industrial, tecnológico, regional, bem como de concentrar seus limitados recursos nas políticas sociais, com prioridade para as de educação básica e de saúde.

A reforma do Estado, realista e sob controles democráticos, é pré-requisito de uma resposta adequada à questão decisiva para nós: o Brasil poderá ou não, nos próximos anos, integrar-se à revolução tecnológica e ao mundo desenvolvido? Pois é nesta direção que será possível viabilizar o desenvolvimento e a conquista efetiva de justiça social, com a ultrapassagem do capitalismo cartorial, atrasado e concentrador de renda”.

Em outro trecho do artigo, manifestei a disposição de participar do debate ligado ao congresso partidário, entendido “como parte do debate mais amplo que as profundas mudanças mundiais e a necessária relação do Brasil com elas suscitam nas diferenciadas forças sociais e políticas, entre as quais os partidos, sindicatos e círculos culturais e acadêmicos de inspiração socialista e social-democrata”. “Por isso — acrescentei — decido afastar-me do partido até com o propósito de contribuir melhor para a discussão no sentido em que a considero útil — desligada da perspectiva conservadora do corporativismo partidário”.

Ao longo de 91, reduziram-se ainda mais, a meu ver, as possibilidades de transformação do PCB na direção de uma nova formapartido (criada ou resultante de mudanças em partido já existente), na qual a tradição reformista do pecebismo se manifestasse numa expressiva organização de conteúdo social-democrata.

Mudanças bloqueadas

O principal fato do bloqueio dessas possibilidades vêm sendo os desdobramentos da reversão conservadora do PCUS, que já se manifestava claramente no congresso do ano passado. Essa reversão ameaça encaminhar a crise econômica e político-institucional da URSS na perigosa direção denunciada por Shervarnadze, quando de sua dramática renúncia à chancelaria soviética: a de restabelecimento da ditadura burocrática e de abandono de uma ação pacífica e construtiva na cena mundial, que se apoiava na cooperação com o Ocidente e no fortalecimento da ONU. Sob crescente pressão do PCUS e dos militares, Gorbatchov recua em todos os planos, inclusive na área onde pretendia preservar os relevantes passos já dados — na política externa. Após a saída de Shervarnadze, mudou progressiva e substancialmente o sentido da política da URSS no conflito do Golfo Pérsico: de uma ação centrada na ONU e voltada para seu fortalecimento como o legítimo e mais eficiente instrumento para a derrota da agressão de Saddam Hussein e para posterior solução da questão palestina (que o fim da guerra fria possibilitou), o governo soviético passou à tentativa do exercício de um papel contraposto ao da coalizão anti-Saddam, em especial aos EUA, e de construção de um eixo URSS-Irã-Iraque. A inflexão atendeu às pressões do frustrado militarismo soviético e realimentou o velho e superado antiimperialismo internacional.

Foi perceptível também o efeito dessa inflexão no aumento das resistências ortodoxas ao esforço de Ochetto de encaminhar, com as menores defecções possíveis, a transformação do PCI no novo PDS. E entre nós, bem como nos muitos países onde os PCs vivem crise terminal ou aguda, o recrudescimento do conservadorismo no PCUS deu novo alento aos empedernidos leninistas: “Afinal de contas — já ousam proclamar — está acabando a ilusão revisionista da colabo-

ração do socialismo com o capitalismo. Para que, então, abandonar nosso modelo tradicional de partido?”.

No plano nacional, as exigências de contraditório mas forte processo de modernização criaram, após a sucessão presidencial de 89, boas possibilidades de que a tradição reformista do pecebismo pudesse ter a iniciativa da proposta do novo pólo de uma esquerda moderna, sob as formas de um novo partido, de mudança em partido existente ou de aglutinação reformista supra-partidária. Esse processo passava a reclamar um realinhamento político destinado a superar a contraposição entre os projetos reformistas do governo Collor, autoritários e carentes de negociação e controles democráticos, e as forças reformistas de oposição, enredadas no velho maniqueísmo, ou na dependência ao corporativismo e agindo como mão esquerda do populismo conservador.

Refletiram tal compreensão da conjuntura, articulada com propostas para iniciativas correspondentes por parte da direção do PCB, artigos que publiquei em janeiro de 90 na *Folha de S. Paulo* intitulado “Por um partido marxista moderno”, e, em abril, na revista *Veja* sob o título “A contramão da esquerda”.

Eis alguns trechos deste último: “Quantos deputados votaram, contrariando as próprias convicções, no substitutivo do PMDB que estouraria o cerne do plano de estabilização econômica? E quantos votaram com a liderança do governo, mas torcendo para perder? O Plano Collor partiu de uma combinação de propostas do Plano Cruzado, do plano Bresser e do ‘choque de capitalismo moderno’ lançado com hesitação pelo PSDB na campanha presidencial. E foi além, tanto pela profundidade e direção — os setores de alta renda — das reformas monetária, fiscal e patrimonial, quanto pela indicação das medidas de reforma do Estado e de abertura da economia. Mas o oportunismo maniqueísta e os dis-

cutíveis cálculos eleitorais dos partidos mais ou menos à esquerda os desviaram para a contramão da defesa de interesses corporativos e minoritários, com a boa desculpa do combate ao estilo voluntarista do novo presidente e aos condenáveis aspectos autoritários do encaminhamento das reformas. Em alguns lances da guerra verbal contra o plano, lideranças desses partidos chegaram a agir como mão esquerda da especulação financeira”.

“(...) Para dar respostas ao que muda no Brasil e no mundo, as chamadas forças democráticas e progressistas precisam enfrentar, de saída, um desafio: repensar a relação entre democracia política e democracia econômica baseada em reformas realistas, e não nas utopias do começo do século e em uma ideologização pré-perestroika. Com muitos sacrifícios, a sociedade conquistou a democratização institucional que precisa ser consolidada e mantida como compromisso de todos. Infelizmente, não se pôde caminhar também no terreno das reformas econômicas e sociais”.

“(...) A exigência popular de reformas afunilou a disputa presidencial entre os dois candidatos que melhor simbolizaram o oposicionismo e o reformismo: Lula, representando uma frente de esquerda predominantemente terceiro-mundista, e Collor, sem inspirar confiança às forças democráticas e apoiado pela direita, como o mal menor. Surpreendendo essas forças, o vitorioso confirmou as promessas reformistas e constituiu uma equipe econômica social-democrata”.

“(...) Uma avaliação objetiva implicaria o apoio às medidas centrais do plano, sem prejuízo da manutenção de uma atitude de independência ou de oposição diante do governo. Essa atitude, avançada, permitiria aos partidos de esquerda intervir no sentido de subordinar as reformas a controles democráticos indispensáveis e a limitar seus efeitos recessivos. E, sobretudo, de propor e disputar aos

Tal visão, porém, e tais propostas foram bloqueadas no início de 90 pela combinação do esquerdismo e do corporativismo pecebistas. E de lá para cá — além de continuarem bloqueadas — elas perderam, como possibilidade de iniciativa partidária, o resto de racionalidade política que tinham um ano atrás.

neoliberais a estratégia de um novo modelo de desenvolvimento a partir de uma economia saneada, com base em atividades produtivas, rompendo a tradicional concentração de renda e tendo em vista uma integração competitiva e vantajosa à economia internacional.”

Tal visão, porém, e tais propostas foram bloqueadas no início de 90 pela combinação do esquerdismo e do corporativismo pecebistas. E de lá para cá — além de continuarem bloqueadas — elas perderam, como possibilidade de iniciativa partidária, o resto de racionalidade política que tinham um ano atrás. O PCB tornou-se ainda mais residual; e lideranças políticas e intelectuais de outros partidos (sobretudo do PSDB mas também do PDT, PMDB e PFL e do próprio PT) libertas da polarização imposta pelas eleições do ano passado, assumiram os riscos e se candidataram aos dividendos do realinhamento político, finalmente colocado na ordem do dia.

O realinhamento abriu o caminho para um indispensável entendimento político anticrise e ao mesmo tempo modernizador, o que vai propiciando a superação do isolamento e do voluntarismo autoritário do presidente da República e igualmente da dependência dos setores reformistas de esquerda e

A tradição reformista do pecebismo, embora pagando alto preço ao internacionalismo leninista, sempre apostou num Brasil viável — democrático, desenvolvido e socialmente justo — e tem muito a ver com o processo de modernização em curso. Realisticamente, porém, essa tradição não tem mais possibilidades de se afirmar na forma-partido esgotada do PCB.

centro-esquerda ao maniqueísmo oposicionista.

No início do segundo trimestre de 91, o país continua sufocado pela crise que já dura dez anos; a inflação reduzida a 10% pelo Plano Collor 2 ameaça estourar de

novo; são tímidos e insuficientes os programas compensatórios, finalmente lançados, dos efeitos recessivos da estabilização, que agravam a dramática concentração de renda estrutural; de par com a aguda crise do setor público persistem e até se ampliam as carências das políticas sociais; e não se concluiu ainda a indispensável negociação com os credores externos. Mas o novo clima de entendimento entre o Executivo, o Congresso e as forças políticas e sociais; a progressiva substituição do radicalismo utópico por aproximações mais realistas de soluções pactuadas para a crise; e o crescente reconhecimento dos objetivos e medidas reformistas da política econômica do governo, bem como da necessidade de que eles sejam objeto de negociação e sofram mudanças, ou sejam confrontados com alternativas construtivas — esse novo contexto aponta para a viabilidade de uma modernização democrática do país.

Perspectivas viáveis

Concluindo, reafirmo e complemento a avaliação feita em artigo

publicado no final de outubro do ano passado em *O Estado de São Paulo* sob o título "O PCB esgotado e o futuro": 1.º — a tradição reformista do pecebismo, embora pagando alto preço ao internacionalismo leninista, sempre apostou num Brasil viável — democrático, desenvolvido e socialmente justo — e tem muito a ver com o processo de modernização em curso. E 2.º — realisticamente, porém, essa tradição não tem mais possibilidades de se afirmar na forma-partido esgotada do PCB. Por isso, aos remanescentes dela ainda no partido e aos muitos quadros e lideranças, com visão semelhantes, que se afastaram e não assumiram outra vinculação ou não estão satisfeitos com vinculação assumida anteriormente, cabe buscarem espaço em organizações partidárias viáveis e nas quais avançam e podem prevalecer perspectivas e propostas de uma esquerda moderna. Dentre elas, destaco o PSDB. E na esfera trabalhista o passo à frente é a atuação na "Força Sindical", constituída em torno de uma proposta pluralista de organização dos trabalhadores que rejeita o sindicalismo de "correia de transmissão".